

# EFEITOS SOCIAIS DE RELIGIÃO E TEOLOGIA

## 1ª Conferência

### Uma visão crítica da piedade luterana

No ano de 1947 tive, em Marburgo, uma palestra com um oficial das forças de ocupação. De profissão ele era teólogo. Naquele tempo, em princípio, ainda era proibido que norte-americanos confraternizassem com alemães; mas ele não fez caso desta proibição. Quando observei que a maioria dos alemães seguramente não teria concordado com os crimes de Hitler, caso tivesse plena certeza do que estava acontecendo, ele respondeu: "Mas o povo deve, ao menos, ter chegado a **suspeitar** quando tantas pessoas, judeus e opositoristas, simplesmente desapareceram. Por que então não exigiram, imediatamente, pleno esclarecimento?" Eu, surpresa e algo perplexa, respondi mais ou menos o seguinte: "Não se chega tão facilmente a uma tal decisão". Ao que ele retrucou (e estas palavras se gravaram inesquecivelmente em minha memória): "Creio que o vosso luteranismo alemão vos tornou extremamente capazes para sofrer, mas não para agir. De tanta confiança em Deus esqueceis que vós mesmos deveis tornar-vos ativos. Quer me parecer que a situação no calvinismo dos EEUU é totalmente inversa."

Estas frases tornaram-se inesquecíveis para mim, pois, pela primeira vez compreendi até que ponto uma religião, uma determinada confissão, pode formar o caráter de todo um povo. Comecei a vislumbrar, em contornos pouco precisos, que a religião não proporciona só consolo e conselho ao indivíduo, com os quais pode superar o seu destino bem pessoal, mas que ela também **produz** destino. Certas opiniões básicas passam a se arraigar em toda uma nação porque foram implantadas, desde a infância, com o auxílio da religião.

Mais ainda. Comecei a compreender — e naquela oportunidade isso muito me assustou — que as diversas confissões cristãs formam as nações; em seu âmbito elas produzem efeitos os mais diversos. O que a uma parece suspeito, ou pelo menos muito arriscado, para a outra é um dever natural. Destes diferentes caracteres nacionais, influenciados, em sua formação, pela respecti-

va confissão, surgem, então, possibilidades ou impossibilidades que podem impedir ou favorecer catástrofes de proporções semelhantes à catástrofe provocada por Hitler. Simultaneamente, comecei a entender a necessidade e a chance, toda especial, do diálogo ecumênico. Pois minha conversa com aquele oficial americano não fora outra coisa que um pequeno diálogo ecumênico, de conseqüências importantíssimas para meu crescimento posterior. Até então considerara encontros ecumênicos algo bom e digno e vira no esforço pela aproximação ecumênica um dever, resultante da própria Bíblia (pois, segundo Jo 17, os discípulos devem ser "todos um"), agora, isso me pareceu ser algo realmente urgente. Pois quem, assim pensei, me poderia ter dado uma resposta tão convincente (convincente a mim, a cristã), senão este cristão de outra tradição? Não pensava apenas em união. Muito antes que esta pudesse ser alcançada, parecia-me ser necessária a crítica e a correção de uma confissão pela outra, para que erros inveterados ou parcialidades não viessem a obcecar povos inteiros.

Foi este o início de uma reflexão, de uma nova colocação teológica do problema, da qual não mais pude me desvenciliar e que continuou a me levar "de um conhecimento ao outro" durante o meu trabalho teológico. Não foi assim que eu deixasse de ser formada pelo luteranismo alemão! Não nos conseguimos desvenciliar da formação que recebemos. Para ilustrá-lo: Recebemos em nossa infância a marca de carro que vamos dirigir durante toda a nossa vida, com sua potência específica, mas também com sua queda para determinados tipos de acidentes, com sua tendência para a direita ou ... para a valeta, etc. Mas, o que podemos aprender é: *contra-dirigir*. Para tanto é necessário que se conheça bem a marca e que não a sigamos sempre e em todos os casos. E é para isso que se precisa da correção de outros. Caso contrário, acompanha-se muito facilmente toda a coluna com sua tendência para a direita ou para a valeta, sua direção errada, ao invés de chamar-lhe a atenção. E, talvez nem se consiga mais perceber quantas vítimas a própria coluna atropelou em todo o mundo. Gostaria de, agora, nesta conferência, dar, com vocês, os seguintes passos. Primeiro, gostaria de examinar com vocês, se a opinião daquele teólogo americano, relativa ao luteranismo alemão que formou a mim e a vocês, subsiste com razão. Fazendo isto, falaremos de seus lados positivos ("ele vos tornou extremamente capazes para sofrer"), bem como de seus lados perigosos ("ele vos tornou incapazes de agir"). Depois, nós nos perguntaremos, como ocorreu esta formação confessional particular; assim fazendo, toparemos com uma das doutrinas de conseqüências mais ricas do Dr. Martim Lutero, a saber, a doutrina dos dois reinos, com seus efeitos positivos, seus defeitos e, com o abuso com ela cometido. Este último ponto nos levará a perguntar: Quem foi que dela abusou (e abusa) e que o motivou para tal. Veremos, então, algo bem diferente de doutrinas, a saber, interesses, sobretudo interesses de poder. Chegaremos a conhecer documentos em que estes interes-

ses se fazem ouvir tão claramente que só nos resta pasmar. Cristianismo, educação cristã do povo como instrumento para fins totalmente outros, é isto que, lamentavelmente, teremos que reconhecer neste exemplo.

Este será o primeiro grande passo que pretendo dar juntamente com vocês. Em segundo lugar, gostaria, então, de examinar com vocês, o que foi que, em todo este processo, aconteceu com o próprio evangelho e com a Bíblia como um todo. Gostaria de evidenciar, em alguns pontos centrais, como a Bíblia foi deturpada por elementos estranhos, como textos claros e inequívocos foram imperceptivelmente invertidos para o contrário, no decurso daquela instrumentalização, para interesses alheios. E, creio que descobriremos que não apenas nós precisamos ser libertados de preconceitos aparentemente cristãos, mas que também a Bíblia precisa ser libertada. Precisamos aprender a lê-la de maneira nova. A pesquisa histórico-crítica, por si só, ainda não nos revela o seu verdadeiro sentido. Bem poderia ser que nós, sem o percebermos, introduzimos nela uma visão de homem que não existe nela. Neste afazer queremos proceder cientificamente. Existem, é certo, "associações fecundas com textos bíblicos" que nos podem conduzir à pista certa. Aqui, porém, queremos examinar, em procedimento científico-exato, o que ocorre quando se interpreta textos bíblicos. Se quiserem, podem denominar este procedimento de "crítica às ideologias". Esta "crítica às ideologias" deve ser acrescentada à crítica histórica.

Será este o segundo grande passo a ser dado por nós. Deste passo resultarão, penso eu, mais dois outros. Teremos que levantar, a seguir, a questão: **Quem na verdade somos nós** que perguntamos tão criticamente por nossa própria tradição religiosa e pelo sentido autêntico da Bíblia? Quem nos dá o direito para isto? Ou, perguntando de outra maneira: Quem é o sujeito da teologia? Quem realmente a faz, e, que a faz **nova**? Se é que **uma coisa** é de importância permanente em nossa formação luterana, então certamente é o fato de não reconhecermos um magistério doutrinal. Não temos um papa, nem um magistério infalível. Enfim, não temos nenhuma instância imanente que poderia livrar-nos de uma reflexão própria a respeito da fé, apresentando-nos soluções definitivas. O lugar do papa também não é substituído por um professor que, talvez, devido a suas idéias geniais seria, por sua vez, infalível! Quer dizer, levanta-se para nós, neste **terceiro** passo a pergunta pelo "nós" da igreja, e isto num sentido duplo: Qual o papel social que representa a igreja como instituição, a igreja ministerial ("Amtskirche")? Será que ele coopera na libertação da consciência e da Bíblia? Como se expressa isso? E mais: Qual o papel da igreja como comunidade, como comunhão atuante que reflete sobre as suas experiências hodiernas? Veremos que aqui chegamos a um ponto chave: Comuni-

dade como cabeça de ponte de Deus num mundo que segue uma orientação completamente diferente. E, veremos, assim creio, que com esta concepção de "comunidade" o Novo Testamento está do nosso lado.

E ainda um **quarto** e último ponto deve seguir a este terceiro. De que maneira podem a Bíblia libertada, a teologia libertada, a própria comunidade tornarem-se socialmente eficazes? Quem estabelece os objetivos e quem são os aliados? Trabalhando neste ponto nós nos deteremos, **não só**, no presente que oferece aspectos interessantes para este tema; também teremos que lançar um olhar retrospectivo sobre a história do cristianismo. Porque o problema sobre o qual falamos naturalmente não surgiu no século XX. Ele é tão antigo quanto o próprio cristianismo. Se é atribuída à comunidade, no Novo Testamento, a tarefa de ser sal da terra e luz do mundo (à comunidade, não ao indivíduo piedoso, o texto diz: "vós"!), haveremos de perguntar como ela tentou realizar esta tarefa. Qual é a forma concreta que ela deu a si mesma e quais foram os critérios de seu agir? E, que resultou destes impulsos no decorrer dos séculos da história da igreja? Esvaneceram-se sem resultados ou produziram algum fruto? Que proveito teve o mundo de nele existirem cristãos?

Em todos estes quatro passos seremos obrigados a proceder "exemplarmente". Não podemos apresentar uma exposição histórica extensa ou uma pesquisa das fontes. Esta conferência tem, muito antes, caráter de projeto. Isto é, partimos de um problema do presente que nos oprime: Quais os efeitos que o Cristianismo pode ter na situação perigosa pela qual passa a humanidade do nosso século? Qual pode e deveria ser a contribuição de "religião e teologia" nesta situação? Podemos nós aprender a este respeito da história eclesiástica e dos nossos ancestrais? E, mais precisamente, o que? E, em contraposição, o que precisamos desaprender? Procurando a resposta a estas perguntas, observamos sintomas, fazemos provas selecionadas em lugares da história e da Escritura que nos parecem dar bom resultado, e chegamos assim a um esboço teórico de solução. A solução mesma deve, naturalmente, ser buscada na vida social dos cristãos, portanto, na praxis, e, a partir das experiências que nela são feitas deve-se corrigir e criticar o esboço. Pois a discussão já está em pleno andamento.

Demos, portanto, o nosso **primeiro passo**, comecemos a investigar o tipo de piedade criado pelo luteranismo. Consideremos primeiramente textos eclesiásticos com os quais a pessoa, formada pela tradição luterana, está familiarizada desde a infância e dos quais se alimenta a sua piedade: antes de tudo, canções do hinário.

O hinário luterano é famoso por sua riqueza de hinos maravilhosos. Entre estes, os hinos que tratam da confiança em

Deus ocupam grande espaço. O nome de Paul Gerhardt, por exemplo, é conhecido por cada um de nós. Fazendo um exame mais preciso, evidencia-se que, entre os hinos de confiança há dois grupos. Gostaria de caracterizá-los, um pouco esquematicamente, como hinos de confiança "ativa" ou "passiva". Que quero eu dizer com isso?

Dou para cada qual um exemplo. Todos nós conhecemos o hino de Lutero: "Deus é castelo forte e bom". É este um hino, através do qual a comunidade militante expressa sua confiança. Ela age, resiste, tem uma causa pela qual se empenha, e, tem, por esta razão, inimigos. A comunidade sabe que esta luta pode exigir um alto preço: "o corpo, bens, honra, filhos e mulher"; mas ela também tem certeza: "As armas o Senhor nos dá", "seu reino é nossa herança". Deus defende a causa pela qual a comunidade peleja e ele, no fim, vencerá!

Chamo a isto de "confiança ativa", a confiança de cristãos atuantes, orientados para um objetivo, cientes de que nesta luta chegarão a limites onde eles não podem mais, mas Deus levará a causa avante.

O contexto é o mesmo do poema de Dietrich Bonhoeffer, o combatente da resistência contra Hitler, escrito na prisão: "Estações no caminho à liberdade". Só depois do tema "ação", segue o tema "sofrimento".

## “2. Ação

Fazer e arriscar, não qualquer coisa, mas o que é direito, / não vagar no que é possível, mas enfrentar corajosamente o real, / não na fuga das idéias, só na ação está a liberdade.

Deixando de hesitar, angustiado, parte para a tempestade da história, / só carregado pelo sofrimento de Deus e tua fé, / e a liberdade receberá, jubilosa, o teu espírito.

## 3. Sofrimento

Transformação maravilhosa. As mãos fortes e ativas / estão amarradas. Impotente, solitário vês o fim / da tua ação. Mas respiras aliviado e entregas o que é direito, / tranqüila e confiantemente, a uma mão mais forte e te contentas. / Só um instante tocaste feliz, a liberdade, / depois a entregaste a Deus para que ele a conclua gloriosamente.”

Dois hinos do âmbito luterano, um do século XVI, outro do século XX. Será que o crítico teológico dos EEUU que citei, com isto

não é refutado? Lamentavelmente não. Quem reflete, antes tem que dizer que Bonhoeffer certamente tinha boas razões para descrever justamente esta experiência, pois o tom de sua segunda estrofe (ação) é muito raro no cristianismo da Alemanha. Voltemos a considerar o nosso hinário, porque até agora caracterizamos só um tipo de hinos de confiança.

Como exemplo do outro tipo, menciono o hino de Georg Neumark: "Quem só em Deus, o Pai, confia" (184). Aqui se trata de "dor e aflição" bem pessoal e privada, e o poeta expressa a esperança de que Deus mudará esta "desgraça" e a seu tempo tornará a proporcionar-lhe alegria. (O poeta, aliás, foi assaltado e roubado numa viagem; passou fome e frio durante o inverno por falta de dinheiro e encontrou, enfim, um emprego como professor particular, o que na Guerra dos 30 anos era quase um milagre). Falei de "confiança passiva" formulando um pouco esquematicamente, como já disse: Com isto quero dizer o seguinte: este homem não ficou envolvido em dificuldades por causa de brigas ou por iniciativa própria. Atingira-o um destino mau que ele apenas podia aceitar e no meio do qual ele conservou sua confiança em Deus. Quanto à "ação", restou-lhe, conforme mostra a última estrofe, unicamente a fidelidade ao dever na esfera privada. A visão do hino não ultrapassa este horizonte.

Naturalmente há situações nas quais o homem realmente não pode "fazer nada", senão somente sofrer. Para tais situações, um tal hino é bom. Naturalmente é preciso compreender que o número dos sofrimentos impostos à humanidade simplesmente como "destino", diminui sempre mais. Na maioria dos sofrimentos, outrora considerados inevitáveis, poder-se-ia hoje em dia muito bem "fazer algo", se os atingidos o enfrentassem conjuntamente. "Confiança passiva" então não é conveniente.

Passando a olhar toda a riqueza de hinos de confiança luteranos e, atentando nesta visão dos dois grupos, evidencia-se o seguinte: a parte expressivamente maior dos hinos é do segundo tipo. Aceitação do destino, submissão, acompanhada por fidelidade nas coisas pequenas, tudo isto vivenciado pelo indivíduo que está bem sozinho perante o seu Deus — este é um tema fundamental do canto luterano. O outro tipo se restringe quase exclusivamente aos hinos de luta da Reforma. Quer dizer, para o luterano de épocas posteriores, o que é cantado representa mais uma espécie de recordação dos primórdios heróicos de sua igreja, do que a própria experiência comunitária atual. Não é sem razão que o hino "Deus é castelo forte e bom" é entoado (quase) exclusivamente no dia da Reforma, no dia da comemoração dos heróis da igreja!

Agora, existem naturalmente boas razões para este estado de coisas; ainda haveremos de falar disto. Por exemplo, nos séculos posteriores à Reforma não era tão fácil surgirem ações conjuntas.

Era a época do principado absolutista. O indivíduo era súdito, com poucas possibilidades de tomar, juntamente com outros, iniciativas. Aqueles que, não obstante, o fizeram (pois tarefas não faltaram, especificamente em face da terrível pobreza existente durante e depois da Guerra dos 30 anos, ou mais tarde, na época do pré-capitalismo), a saber, os pietistas, não raras vezes, sofreram pressões; foram ameaçados com exclusão da Santa Ceia, mas também disciplinação política, por exemplo, o exílio. Eles tornaram a cantar os antigos hinos de confiança "ativa" da Reforma como seus próprios, suas confissões que refletiram experiências próprias, e eles criaram novos hinos. Para o luteranismo oficial, eles continuaram suspeitos, e a maioria dos piedosos luteranos hauriu sua piedade de hinos, que cantaram antes de "paciência" do que de iniciativa.

Desta maneira confirmou-se, em relação aos hinos de confiança do hinário, a tese daquele oficial americano que o luteranismo antes fez os seus capazes para sofrer do que para agir. Agora, existem naturalmente também hinos, se bem que poucos, cujo tema é a ação dos cristãos. Novamente escolho um bem conhecido: "Ó Deus, benigno Deus" (217). Lutero reconhecia que o cristão serve a Deus no dia-a-dia e que ele não deve procurar caminhos "especiais", como a vida monástica; a imagem da criada que varre a casa, servindo com isto a Deus, já se tornou proverbial. Mas a visão do hino não ultrapassa a casa e a vassoura; ela permanece no horizonte da vida privada e profissional. O que é para ser feito, está determinado.

"Dá que eu exerça bem  
com zelo, os meus deveres  
e tudo o que eu fizer  
conforme o prescreveres".

As normas estão estabelecidas, apenas devem ser cumpridas fielmente. Sofrimentos e necessidades da vida, porém, também aqui são vistos apenas sob o aspecto do "suportar" e, notem bem, do suportar paciente do indivíduo:

"Se ameaça tentação,  
dá que eu não desespere.  
Dá-me coragem de herói  
e ajuda-me a carregar a cruz."

Voltemo-nos agora para uma outra fonte de piedade luterana: a compreensão da oração, na qual a igreja educou seus fiéis. Como exemplo, escolho a terceira prece do Pai Nosso. Na qualidade de professora, pedi duas vezes a séries de colegiais que discutissem sobre o significado desta prece: "Seja feita a tua vontade assim na

terra como no céu”. Reproduzo agora, em forma resumida, o resultado desta discussão: “O que esta prece expressa, é a disposição do orante em submeter-se sem murmúrios ao seu destino. Pois ‘Deus’ é quem governa o destino, ele também governa a história; se irrompe uma guerra ou uma desgraça particular, não tem sentido revoltar-se contra isto. Porque Deus é forte, e ele também é bom. Ele cuida para que, no fim, tudo saia bem; aqueles que saíram ilesos, podem cantar um hino de gratidão. ‘Como no céu’, isto certamente quer dizer (assim acharam os colegas!): ‘Como em todo o cosmo’. ‘Deus’ o mantém maravilhosamente no equilíbrio; o fato de pessoas perecerem (talvez em grande número), não deve ser supervalorizado, pois o que é o indivíduo comparado com o universo! O homem deve reconhecer, portanto, sua pequenez, sua insignificância e desistir de suas reivindicações de felicidade individual, se ‘Deus’ não as realiza para ele. Pois resta-lhe – assim argumentam – a possibilidade de mudar a sua índole e educar-se para a modéstia, de tal maneira que a renúncia não mais lhe doa demasiadamente. Justamente isto seria, provavelmente, o fim de sua oração.”

E, isto seria a opinião do Pai Nosso...!

Ao teólogo que ouve tais idéias, ocorre algo totalmente diferente, a saber, a filosofia do Estoicismo. No século II, Epicteto escreveu: “Das coisas existentes, Deus deu umas em nosso poder, outras, porém, não. Em nosso poder deu ele o uso dos pensamentos. Porque se fazemos uso correto destes, temos franqueza, serenidade e constância. Também temos direito, lei, auto-domínio e, em geral, toda virtude. Tudo o mais Deus não deu em nosso poder. Por isto devemos também nós entregar as coisas que não estão em nosso poder ao Cosmo, e, se ele exigir de nós os filhos, a pátria, o corpo ou qualquer outra coisa, devemos deixar, alegremente, tudo isto entregue a ele” (Diatribai 4).

A citação de Epicteto e a opinião dos alunos coincidem quase que perfeitamente; só que a citação não é cristã. O Deus de Epicteto não é o Deus da Bíblia, mas do estoicismo. De fato, Epicteto já foi muito cedo considerado um cristão que mantinha sua fé em segredo. Alunos e estudantes, aos quais apresentei este e outros textos semelhantes, estiveram, na maioria dos casos, convictos de se tratar de textos cristãos; a relação com a terceira prece foi muitas vezes expressamente traçada.

Registremos o resultado: “Deus” é aqui o Senhor do Cosmo que passa por cima do destino do indivíduo; o homem é senhor da sua índole, mas não senhor do seu mundo; tranqüilidade, resignação, é a linha mestra da religiosidade. E esta seria a opinião do Pai Nosso ...!



Na verdade, quando se considera o hino de Lutero sobre o Pai Nosso, mediante o qual os cristãos deviam cantar a compreensão desta prece para "dentro do coração" (o que realmente fizeram), ele interpreta exatamente isto:

"Tua vontade paternal  
no céu, na terra por igual,  
se faça em alegria e dor  
que obedeçamos em amor,  
Senhor, tu queiras impedir ("Carne e sangue")  
os que a procuram transgredir."

Nenhuma revolta, nenhuma "protestação" contra o sofrimento (como, por exemplo, em Jó, na Bíblia, e em tantos outros). A agressão se transforma em auto-agressão, como se o mal verdadeiro estivesse na própria "carne e sangue". Resignação e não vontade de mudar foi o que vingou no luteranismo, e isto tão plenamente que a voz de Jesus, na terceira prece do Pai Nosso, simplesmente não é mais ouvida. Pois o que é que ele queria dizer?

"Seja feita" é uma prece cheia de urgência escatológica para que a vontade de Deus também venha a irromper na terra, assim como já agora é realidade no céu. Seu sentido é o desejo ardente, o clamor, semelhante ao "Maranatá"!, pelo futuro de Deus, a expectativa apaixonada pela transformação final do mundo. É muito significativo o fato de esta prece se achar ao lado da outra que reza: "Venha o teu reino!" – a nós!

Ainda haveremos de falar da alienação de textos bíblicos. Por enquanto apenas constato: Não encontrei, durante decênios, nenhum grupo de comunidade, nenhuma série colegial, nos quais se tivesse conhecimento do verdadeiro sentido, o sentido ativador, motivador, urgente, desta prece. A educação da comunidade se orientou justamente na direção oposta em nossa igreja.

Uma das razões pelo desinteresse por uma ação decidida do homem, parece ser, no caso, o fato de o homem considerar a si mesmo, sua "carne e sangue", demasiadamente ruim. Permitam-me exemplificar esta afirmação com mais uma pequena cena inesquecível do meu tempo de professora. Entrei numa nova série. Alunos de 14-15 anos me esperavam. No livro de classe li que na aula de história acabara de ser abordado o marxismo. Portanto perguntei, a título de motivação para minha aula de religião: "Qual é, de acordo com a sua opinião, a diferença mais importante entre cristãos e marxistas?" Eu estava preparada para toda a resposta possível, por exemplo, ateísmo, puro imanentismo ou coisa semelhante. Em lugar disto, a resposta foi: "Os marxistas acreditam que a gente pode melhorar o mundo, nós porém sabemos que isto não é possível" . –

"Ah, é isto que vocês sabem? E por quê não é possível?" – "Porque os homens são maus e continuam sendo maus sempre." Tão natural é tudo isto, até entre jovens que não estão mais interessados na igreja; uma herança de longa formação pela igreja: o homem não tem o direito de fazer crítica, querer mudança, – e também não é capaz nem está autorizado para realizá-la.

Segundo a convicção de muitos luteranos a igreja também não tem este direito. No ano passado, a Federação de Igrejas Evangélicas na República Democrática Alemã (RDA) dirigiu, ao governo do país, um protesto contra o decreto que introduzia, como matéria escolar na 9ª e 10ª séries, a "Wehrkunde" (Noções de defesa militar). Após terem terminado duas conversações, entre representantes da igreja e do governo, sem resultado positivo, os bispos fizeram publicar, no dia 25 de junho de 1978, de todos os púlpitos do país, uma "palavra às comunidades", na qual se tomava um posicionamento crítico em relação ao mencionado decreto. Este é um passo que para as pessoas na RDA é muito importante; para uma igreja de tradição luterana, porém, muito in-comum. E, conseqüentemente, não faltou a crítica, por exemplo, da parte do pastor-presidente da Igreja Luterana na União Soviética. Ele achou que a igreja, agindo politicamente, (embora tão-somente através da palavra lida dos púlpitos), teria ultrapassado suas competências. Também pastores e bispos evidentemente não deviam abandonar o círculo dos deveres privados e profissionais!

Porém, se isto é válido até para a igreja como instituição, conforme evidencia este exemplo, então tanto mais o é para a comunidade. É impensável, na tradição luterana, que se possa desenvolver algo como uma "Comunidade eclesial de base" que interviesse, com objetivos próprios, concretamente na história. Os pietistas fizeram-no; mas, como já aludi brevemente, sua ênfase dada à "praxis pietatis" e à "comunhão" parecia muito suspeita às igrejas territoriais luteranas. Em geral, o luteranismo germânico tem uma compreensão incompleta e atrofiada do que vem a ser comunidade; trata-se, para ele, antes de um distrito administrativo da igreja inteira do que de um grupo de ação conjunta. A comunidade dominical, composta de membros bem comportados, sentados uns ao lado dos outros, muitas vezes nada mais tem em comum do que este fato; ela não resolve nada; não age, não se opõe a qualquer injustiça. Por "piedade" ela entende interioridade privada. Voltaremos a isto mais tarde quando falarmos de nosso terceiro passo.

Por ora, no início desta análise, se evidencia: Cristãos que não querem atuar dentro da sociedade, não deixam, por isso de atuar: deixam correr o barco e acontecer o que quiser acontecer. Atitude "despolitizada" é um *politicum*, talvez o mais perigoso. Comunidades cristãs que fossem vigilantes e estivessem dispostas a

assumir iniciativas no mundo político, seriam um fator que não poderia ser desprezado nem na política, nem na economia. O luteranismo, até agora, pouco contribuiu neste sentido e, inclusive, impediu que tais comunidades surgissem.